



Práticas ban(d)idas: a reprodução do comportamento ditatorial e divulgação na mídia¹

Yasmin Pontual Patriota da SILVA²

Janayna ÁVILA³

Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió, AL

Resumo

Divulgado amplamente pela mídia, práticas ban(d)idas continuam acontecendo no Brasil. Representantes do estado, em plena democracia, resgatam métodos ditatoriais para manter o controle e a ordem social, violando os direitos humanos e a liberdade de expressão. Usando das redes sociais e dos portais de notícias como meio, analisamos alguns acontecimentos e manchetes que passaram despercebidos e que remetem à violência dos anos de chumbo.

Palavras-chave

mídia; jornalismo; história; ditadura; censura.

1. Introdução

Mais de 50 anos após o golpe militar que instaurou a ditadura no país, ao observar a cobertura da imprensa, é possível notar que algumas das práticas ditatoriais sobreviveram ao tempo e permanecem infiltradas dentro de uma sociedade sem conhecimento da própria história. Uma história recente que se repete e é constantemente divulgada pela mídia.

Os casos de assassinatos cometidos por agentes do Estado, embora em uma escala menor, continuam acontecendo e muitas vezes passam despercebidos em meio à violência urbana. Também é possível notar resquícios no comportamento das polícias que “reproduzem métodos da ditadura porque não recebem uma formação adequada” (BORGES, 2013). Além da censura à liberdade de expressão, a prática de execução de membros de uma classe menos favorecida em favor de uma “ordem social”, ignora a urgência da implantação de políticas públicas capazes de recuperá-la.

¹ Trabalho apresentado no IJ 01 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Natal - RN – 2 a 4/07/2015.

² Estudante do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: yasmin_ypps@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Graduada em Jornalismo, doutora em Estudos Literários e professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: janaynaavila@hotmail.com



Diferente da cobertura midiática realizada durante a ditadura, hoje a imprensa pode se posicionar em defesa da verdade e através da liberdade de expressão expor o abuso de práticas bandidas que não foram extintas por completo.

Sem seguir uma ordem cronológica dos fatos, apresentamos alguns acontecimentos recentes que resgatam os tempos ditatoriais e como eles são apresentados e divulgados pela mídia, estimulando a memória e despertando os sentidos para as práticas de abuso em tempos democráticos.

Este artigo tem como foco a atuação da imprensa e a divulgação feita por ela, bem como a circulação dos acontecimentos nas redes sociais. Além disso, também procuramos mostrar a importância da mídia no debate do significado de um passado, no momento em que uma possível reparação e construção da memória estão em curso.

2. Ditadura civil-militar

Com o então presidente João Goulart incapaz de impedir o avanço da direita e de satisfazer os militares irritados, por ir de encontro aos privilégios das elites que ditavam o rumo do país, a alegação de que ele seria uma “ameaça comunista” ganhava força. Em meio à situação da época, as reformas de base propostas pelo presidente – salarial, agrária, bancária fiscal, eleitoral e urbana – apenas serviram de pretexto para instaurar o regime. A partir desse momento, a violação dos direitos humanos, censura e a tortura puderam se transformar em um fato cotidiano da vida nacional.

“Todas as estruturas do Estado passavam por um processo correspondente de endurecimento e exclusão do direito de participar. Ergueu-se no país, todo um poderoso sistema de repressão e controle” (ARNS, 1986, p. 53), onde a participação de militares atuava, sobretudo, contra as lutas populares.

Um artigo publicado na Folha de S. Paulo, em junho de 2013, relembra que “há um esquecimento generalizado do apoio que a sociedade deu ao golpe de Estado de 64. Imprensa, igreja, empresários e até gente do povo se alegraram com a tomada do poder pelos militares” (CONY, 2003). A manutenção da ordem e o aumento da economia eram as principais desculpas para o apoio.

Com o AI-5 em vigor, não existia disfarces para a ditadura. Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento”, em outubro de 1969, é dado início ao “período mais absoluto de repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história” (ARNS, 1986, p. 63), desenvolvendo um “aparato de ‘órgãos de segurança’, com características de poder



autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina” (ARNS, 1986, p. 63), tudo patrocinado por grandes empresários e aceito como uma verdadeira política de Estado.

Somente quatro anos depois do AI-5, é que a sociedade tentou iniciar a reação que, junto à desmoralização e ao desgaste do próprio regime militar, resultou no final da ditadura. De acordo com o relatório do Brasil Nunca Mais, foram registrados mais de “10 mil exilados, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, 254 estudantes expulsos das universidades (...) e uma lista de mortos e desaparecidos tocando a casa das três centenas” (ARNS, 1986, p. 68).

A Comissão da Verdade, sancionada em 2012 pela presidenta Dilma Rousseff, em um relatório entregue em dezembro de 2014, aponta outros números referentes ao regime ditatorial. De acordo com uma publicação que compila os dados apontados no relatório, feita pelo portal O Globo, foram mais 6 mil denúncias de tortura e 1,843 pessoas torturadas entre 1964 e 1977, nos 230 locais de violação, sendo 28 instalações oficiais, pertencentes ao Estado. Na página do G1, outros dados são apresentados: dos 434 desaparecidos, apenas 33 foram encontrados.

Ainda de acordo com o relatório, esses números não correspondem ao total de mortos e desaparecidos, mas sim àqueles no qual a comprovação foi possível diante do trabalho realizado, apesar dos inúmeros obstáculos encontrados na investigação, como a falta de acesso à documentação das Forças Armadas, dada oficialmente como destruída.

3. Reprodução do comportamento ditatorial e divulgação na mídia

Contrariando todos os argumentos de que a ditadura civil-militar terminou em 1985, uma série de acontecimentos resgatam as atrocidades cometidas na época. O assunto, por sua vez, nunca foi deixado de lado pela imprensa, inclusive por aquelas que deram apoio ao golpe. Hoje, mais do que nunca, o assunto vem sendo compartilhado nas redes sociais e sendo compartilhado por dezenas de internautas em qualquer lugar do mundo.

Isso só é possível devido à cultura da mobilidade e da conexão, vistas como a principal característica das tecnologias digitais (LEMOS, 2005). O celular, como exemplo principal, “expressa a radicalização da convergência digital, transformando-se em um ‘teletudo’ para a gestão móvel e informacional do cotidiano. De medium de contato inter-pessoal, o celular está se transformando em um media massivo” (LEMOS, 2005, p. 7).

Para melhor compreensão da reprodução do comportamento ditatorial e da ampla divulgação pela mídia, dividimos a análise em três tópicos: a) Censurados – parte I e II; b) Perseguidos e c) Executados.

a) Censurados (parte I)

Em setembro de 2014, durante a disputa da campanha eleitoral, uma onda de manifestações de diversos grupos, insatisfeitos com a candidatura de Aécio Neves (PSDB) à presidência, tomou conta das redes sociais. O mesmo aconteceu com Márcio França (PSB), vice na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB), que concorreu ao governo de São Paulo. Em resposta à liberdade de expressão exercida pelos opositores, Aécio e o vice de Alckmin ganharam destaque nas manchetes dos jornais, ao processar dezenas de pessoas por manifestarem suas opiniões, como aponta a matéria publicada na Carta Capital:



Logo depois, outra série de manifestações em reação ao processo começou a tomar conta das redes sociais, inclusive sendo comparado com um ditador por implantar a censura, como vemos no meme abaixo:



Dawkins (2001) define meme como um substantivo que transmite a ideia de uma unidade de transmissão cultural, ou uma unidade de imitação, trazendo-o para o campo da internet de forma repetida. Tendo sido publicado em uma rede social, “a censura se torna



cada vez mais difícil, na medida em que as informações podem partir de múltiplas fontes” (MONTEIRO, 2001, p.32). Com o advento da internet, o fluxo de conteúdos através dos múltiplos suportes midiáticos, permite que o público compartilhe qualquer conteúdo desejado e vá a quase qualquer parte em busca de experiências de entretenimento (JENKINS, 2008).

O repasse desses conteúdos, através do compartilhamento de arquivos pelas redes sociais, como acontece com os memes, “trata-se de crescente troca e processos de compartilhamento de diversos elementos da cultura” (LEMOS, 2009, p. 39).

Censurados (parte II)

Em junho de 2013, no auge das manifestações que deram forma ao movimento “vem pra rua” – gerado inicialmente pelo aumento da passagem do transporte público e depois com a insatisfação em todos os setores de base, como educação, saúde e segurança – diversas pessoas foram detidas pela polícia em uma tentativa de manter a ordem. Uma análise feita por estudantes do curso de direito do Centro de Ensino Unificado de Teresina (CEUT), aponta a semelhança da atitude policial em conter as manifestações de 2013 com a reação agressiva contra as manifestações estudantis durante o período da ditadura no país (1964-1985).

Toda movimentação e organização dos protestos eram convocadas pelas redes sociais, o que concretizou, talvez, o maior movimento popular do século XXI, conhecido como o movimento “Vem pra rua”. Esse marco histórico exemplifica a transformação radical do “ambiente da comunicação de massa e dá à Rede características de um espaço democrático por excelência, ‘ágoraix eletrônica’, onde minorias e majorias, grandes e pequenos podem compartilhar o mesmo espaço” (MONTEIRO, 2001, p. 33).

Durante o movimento que reuniu mais de um milhão de pessoas, para conter a multidão a polícia fez uso de balas de borracha e gás lacrimogêneo. Nadine Borges, integrante da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, explicou que, durante a tentativa de impor a ordem, a polícia militar reproduziu métodos da ditadura.

Policiais infiltrados desrespeitam os cidadãos que possuem ampla defesa. Pessoas foram detidas sem ter investigação contra elas. Essa arbitrariedade é resquício da ditadura que alimenta uma cultura de medo e impede a livre manifestação do pensamento, direito que foi conquistado depois de séculos de luta e resistência. Um Estado de exceção é criado quando temos medo daqueles que deveriam nos proteger. (BORGES, 2013).

Ainda seguindo a lógica da repressão nas manifestações estudantis durante o regime, em março de 2015, o disque denúncia distribuiu cartazes para obter informações que levem à prisão das ativistas Elisa de Quadros Pinto Sanzi, conhecida como Sininho, e Karlayne Moraes da Silva Pinheiro, conhecida como Moa, por descumprirem medidas cautelares que impediam a participação em protestos. No cartaz, a polícia garantia o anonimato ao denunciante e além de um telefone convencional, disponibilizou um número de Whatsapp⁴, como vemos no cartaz abaixo:



É impossível não comparar com os cartazes distribuídos durante a ditadura, como vemos abaixo:



“O tratamento que nos dias de hoje se dá àquela ditadura é referente a algo que teria passado e não deixado absolutamente nada” (FERREIRA, 2014). Contudo, a liberdade de expressão é um direito fundamental para articular o futuro e transformá-lo no ideal de progresso que todos desejamos. A sociedade deve ser fundamentada na capacidade

⁴ Whatsapp é um aplicativo de mensagens instantâneas e de multiplataformas que usa da internet para o envio das mensagens, sem descontar o valor que as operadoras atribuem às mensagens de texto.



de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos (CASTELLS,1999). “É nesse sentido que podemos afirmar que a internet têm características realmente ‘revolucionárias’” (MONTEIRO, 2001, p. 33).

b) Perseguidos

Os massacres continuam. Todos os dias jovens negros, líderes sindicais, membros dos movimentos pela terra, estudantes e professores além de censurados são impedidos de usarem a democracia e a liberdade de expressão como arma poderosa em busca dos seus direitos. Como se isso não bastasse, os desaparecimentos forçados continuam acontecendo e se tornam um caso comum em meio à violência urbana.

Davi Silva, 17 anos, representa o que acontece em todo o país. Ele desapareceu no dia 25 de agosto de 2014, logo após ter sido abordado por uma equipe do Batalhão da Radio Patrulha da Polícia Militar (BPRP), no bairro do Benedito Bentes, em Maceió. O inquérito aberto pela Polícia Civil de Alagoas concluiu que o jovem foi sequestrado, torturado e morto por policiais militares da Radiopatrulha.

Para Janaína Teles, organizadora do livro “Mortos e Desaparecidos Políticos: reparação ou impunidade?” (2001), a ausência de informações e dos corpos também é uma forma de tortura onde aos seus familiares só é permitido lembrar sempre a ausência, reacendendo permanentemente o desejo de libertar-se de um passado que, no entanto, permanece vivo.

Essa também é a realidade de Elton Brum da Silva, gaúcho e integrante do Movimento Sem Terra (MST), atingido com um tiro nas costas, disparado pela Brigada Militar, durante uma reintegração de posse. O camêlo Carlos Augusto Muniz Braga, de 30 anos, é outra vítima, atingido com um tiro na boca disparado pela Polícia Militar de São Paulo. Mesmo com o vídeo comprovando o assassinato, o processo foi arquivado a pedido do Ministério Público Estadual de São Paulo. O promotor que pediu o encerramento, Rogério Zagallo, ganhou destaque ao afirmar no Facebook que arquivaria processos contra policiais que matassem manifestantes contrários ao aumento das passagens de ônibus, contrariando todos os princípios da liberdade de expressão.

Não há nada que justifique a tentativa de pôr um ponto final na questão sem esclarecer o que ocorreu, negando-se a apurar as circunstâncias das mortes e torturas. O conhecimento desses fatos não abala a democracia brasileira. Ao contrário, é quando não prevalece a justiça que os princípios democráticos são enfraquecidos. (HERZOG, 2001, p. 82)

Outros casos de grande repercussão ganharam destaque nas redes sociais e sites de notícias, como o do pedreiro Amarildo de Souza, da dona de casa Claudia Silva Ferreira, o dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, e Davi Fiúza. A obra “era só mais um Silva”, de Ribs, circulou pelas redes sociais:



Em uma campanha criada para cobrar respostas das autoridades a respeito do desaparecimento de Davi Fiúza, internautas usaram a hashtag #CadeDavi e #SomosTodosDavi no Twitter:



Por meio do uso das Hashtags⁵, podemos notar que a comunicação de massa “processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma

⁵ Hashtags são palavras-chave precedidas do símbolo # que, quando usadas, alimentam uma interação dinâmica na rede social onde é utilizada.

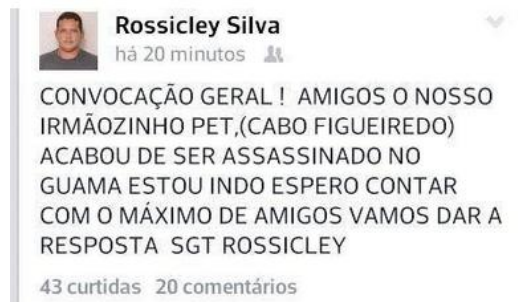
multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo” (CASTELLS, 2013, p.15). Embora cada mente construa seu próprio significado de modo individual, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação (CASTELLS, 2013), neste caso, o Twitter.

As vozes da sociedade que se somam no ambiente on line, através da interatividade ou das próprias publicações, representam grupos de pessoas identificados com causas e compromettimentos comuns (MORAES, 2000), que juntos constituem um espaço virtual democrático.

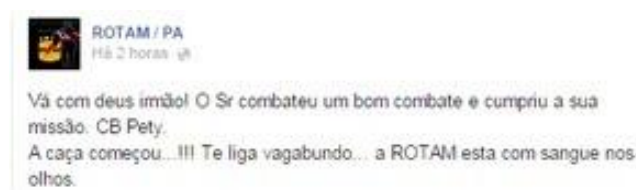
c) Executados

Em novembro de 2014, a própria polícia usou das redes sociais para convocar uma chacina em Belém do Pará. A convocação saiu pelo Whatsap, Facebook e Twitter, após a morte do cabo Antônio Marcos da Silva Figueiredo, de 43 anos, assassinado perto de sua residência.

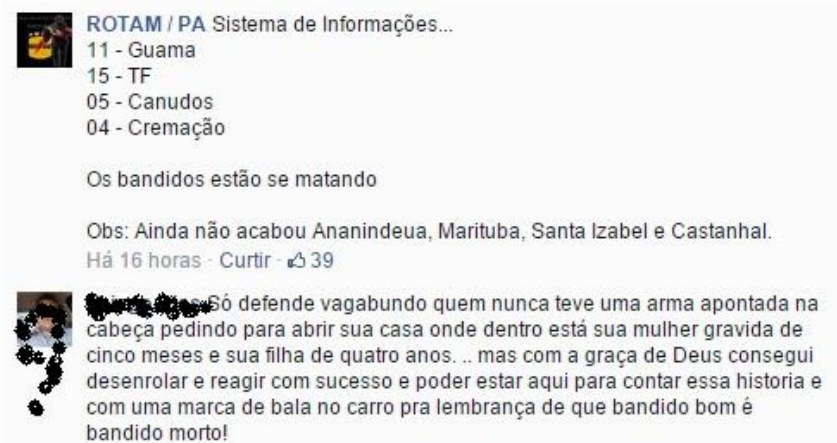
No perfil pessoal do sargento Rossicley Silva, no Facebook, a mensagem era clara e pedia apoio para vingar a morte do cabo Figueredo. Em 20 minutos após a publicação, a mensagem já possuía mais de 40 curtidas.



A chacina foi convocada também na página da ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas), que pertence à Polícia Militar. Na mensagem, a polícia afirma estar com “sangue nos olhos”, como podemos ver abaixo:



A contagem dos mortos à 1h30 da madrugada do dia 05.11.2014, em Belém, segundo a ROTAM, chegou a 35. Um alerta para outros bairros também foi emitido. A contagem foi curtida por 39 pessoas e o pensamento ditatorial se concretizou com uma frase, proferidas por muitos que não limitam esforços para reafirmar junto à sociedade que “bandido bom é bandido morto”, como aponta na publicação abaixo:



Compreender o cenário da ditadura civil-militar no país é indispensável para entender o que acontece e refletir sobre as políticas de segurança pública adotada pelo estado, sobretudo no que se refere às violações dos direitos humanos, ainda presentes nos dias atuais. Também é necessário compreender a interatividade que acontece dentro das redes sociais e como elas revelam novos formatos de pensar, servindo de suporte para a troca de informações e proporcionando a constante troca de opiniões.

A noção de opinião pública (se insistirmos em manter esse termo) qualificará em prioridade mais as comunidades linguísticas e de afinidades diversas do que egressas de um Estado. Além disso, a maioria das comunicações está no ciberespaço, adquirindo um caráter “público” e global. (...) A blogosfera é um imenso troca-troca de comentários e links. (LÉVY, 2010, p.86).

As redes sociais promovem a liberdade comunicacional e o direito do cidadão de expor as suas concepções políticas e sociais (SILVA, 2014). Das redes sociais às ruas, menos de dois anos das manifestações de junho de 2013, cerca de 200 pessoas ficaram feridas com a ação truculenta dos policiais contra a manifestação de professores no Paraná. Muitos foram surpreendidos por bombas e atacados por cães que atuam sob o comando dos agentes de segurança pública a mando do estado.

Não o bastante, além do massacre ter circulado com força pelas redes sociais em correntes de apoio aos manifestantes, a imagem de um policial que se pintou com tinta,

fingindo ser sangue, ganhou destaque e transformou a polícia em motivo de piada entre os internautas que acompanhavam o movimento. Veja abaixo:



Foram inúmeros os comentários que circularam nas redes sociais, principalmente pelo fato de o policial ter se “ferido de tinta rosa” no confronto com os manifestantes. O portal BuzzFeed reuniu os mais diversos comentários e memes criados pelos internautas, como é possível ver abaixo:



Em resposta aos questionamentos, segundo explicações da polícia, o confronto foi iniciado pelos professores e não pelos policiais, como foi divulgado nas redes sociais. É possível observar que existe uma “crise da representação política” que não é exclusiva da democracia brasileira, mas um sinal de esgotamento de instituições tradicionais. (LIMA, 2013). Esse esgotamento tem ganhando força dos internautas, que publicam memes e expressam suas opiniões livremente pelas redes sociais na esperança de serem ouvidos.



4. Conclusão

Um pouco mais de 50 anos do golpe e 30 anos de democracia, as consequências deste período permanecem infiltradas no dia-dia e nos atos de violência cometidos pelos próprios agentes do estado. Trazê-los à tona não faz parte de um luto mal resolvido dos sobreviventes, mas como explica Luiz Felipe Alencastro, “é uma necessidade para garantir os direitos numa ainda frágil democracia, constantemente ameaçada pelo autoritarismo de ‘uma parte substancial das elites’” (ALENCASTRO, 2001, p. 42-43).

A velocidade em que uma manchete ganha destaque e o valor agregado a ela pelas redes sociais, de onde surge o maior número de leitores, impossibilitam os internautas de assimilarem as notícias atuais com acontecimentos passados. Neste artigo, foi possível voltar no tempo e observar que as nem todas as práticas bandidas da ditadura foram banidas do nosso sistema político.

Ao contrário do que ocorre em outras democracias, no Brasil, salvo raríssimas exceções na mídia impressa, não há nem mesmo um espaço que acolha a voz daqueles que não se consideram representados ou que queiram debater questões de interesse público (LIMA, 2013). A censura permanece infiltrada nos meios de comunicação e ainda somos reféns de um país sem memória que compartilha dele nas redes sociais sem a menor ideia de suas referências históricas.

Como diz André Herzog, “um país de verdade é muito mais que isso. Uma nação tem de ter sua dignidade, seus valores, precisa ter princípios. A justiça e a verdade não podem ser negociadas no varejo dos interesses políticos dos que estiveram comprometidos com a repressão” (HERZOG, 2001, p. 82).

É preciso ficar atento para que o esquecimento não prevaleça e fazer do presente um momento crítico, lutando pela liberdade de expressão e discutindo amplamente “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”⁶.

5. Referências bibliográficas

- AÉCIO e vice de Alckmin processam internautas. **Carta Capital**, 09 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/psdb-e-psb-processam-internautas-9885.html>> Acesso em: 13 mai. 2015.

⁶ Lema da ditadura que surgiu com a publicação do livro Brasil Nunca Mais em 1985, no qual trazia pela primeira vez a confirmação de que o Estado usava da violência, da tortura, das ameaças como forma de ação cotidiana das polícias.



- DAVI foi sequestrado, torturado e morto por PMs, conclui investigação. **G1**, Alagoas, 12 fev. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/02/davi-foi-sequestrado-torturado-e-morto-por-pms-conclui-delegado.html>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- DISQUE-DENÚNCIA divulga cartaz com fotos das ativistas Sininho e Moa. **G1**, Rio de Janeiro, 13 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/disque-denuncia-divulga-cartaz-com-fotos-das-ativistas-sininho-e-moa.html>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- MASSACRE de professores derruba secretário de Segurança do Paraná. **Jornal do Brasil**, 08 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/05/08/massacre-de-professores-derruba-secretario-de-seguranca-do-parana/>>. Acesso em: 16 mai. 2015.
- OS números do relatório da Comissão da Verdade. **O Globo**. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade-1.html>>. Acesso em: 03 mai. 2015.
- TUITAÇO chama atenção para desaparecimento de Davi Fiuza. **A Tarde**, Salvador, 12 dez. 2014. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1638714-tuitaco-chama-atencao-para-desaparecimento-de-davi-fiuza>> Acesso em 16 de maio de 2015;
- VÍDEO mostra PM atirando contra cabeça de ambulante em SP. **G1**, São Paulo, 19 nov. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/09/video-mostra-pm-atirando-contra-cabeca-de-ambulante-em-sp.html>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **1964: por quem dobram os sinos?** [Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 mai. 1994. p. 3]. In: TELES, Janaína (org.), *Mortos e desaparecidos políticos: Reparação ou impunidade?*, São Paulo: Humanitas, 2ª edição, 2001. p. 42-43.
- ALESSI, Gil. Justiça ignora vídeo, e arquiva processo de PM que matou camêlo. **El País**, São Paulo, 16 abr. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/16/politica/1429136121_021290.html>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- AMARAL, Carlos. Família lembra que Davi da Silva já está desaparecido há seis meses. **Tribuna Hoje**, Alagoas, 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.tribunahoje.com/noticia/133120/cidades/2015/02/25/familia-lembra-que-davi-da-silva-ja-esta-desaparecido-ha-seis-meses.html>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Um relato para a história: Brasil: nunca mais** - 18ªed. - Petrópolis - RJ: Vozes, 1986.
- BARBOSA, Kátia; SANTOS, Fabiele. **Direitos humanos e segurança pública no Brasil: caminhos que se cruzam**. In: VII Semana de Humanidades UFC/UECE e I Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação em Humanidades, 2010, Fortaleza. Disponível em: <http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/direitos_humanos_e_seguranca_publica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2015.
- BRASIL. **Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade**, v. 3. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.



- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- CIRILO, Ana; SANTOS, Bráulio; DOURADO, Warla. A polícia no regime militar e a polícia no movimento vem pra rua. **JUS BRASIL**, 09 mai. 2014. Disponível em: <<http://brau.jusbrasil.com.br/artigos/118680054/a-policia-no-regime-militar-e-a-policia-no-movimento-vem-pra-rua>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- CONY, Carlos Heitor. A verdade da comissão. **Folha de S. Paulo**, Rio de Janeiro, 2 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/carlosheitorcony/2013/06/1288347-a-verdade-da-comissao.shtml>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- CRUZ, Adriana; MAGALHÃES, Maria Inez. PM detalha tortura e assassinato de Amarildo. **O Dia**, Rio de Janeiro, 15 out. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-10-15/pm-detalha-tortura-e-assassinato-de-amarildo.html>> Acesso em 16 de maio de 2015;
- DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001. In: INOCÊNCIO, Luana. Cognição, linguagem e entretenimento na cultura digital: o tiopês como nova gramática dos memes, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/viewFile/22133/12213>>. Acesso em: 24 mai. 2015.
- ESTELIAM, Sulamita. Chacina de jovens em Belém foi convocada pelo Facebook. **Viomundo**, 6 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/sulamita-esteliam.html>>. Acesso em: 16 mai. 2015.
- FERREIRA, Ezilda. **40 anos de um golpe que não terminou**. In: VIII Congresso Lusi-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2014, Coimbra. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ezildaferreira.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- HERINGER, Carolina; MODENA, Ligia; HOERTEL, Roberta. Viatura da PM arrasta mulher por rua da Zona Norte do Rio. Veja o vídeo. **Extra**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2014. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/viatura-da-pm-arrasta-mulher-por-rua-da-zona-norte-do-rio-veja-video-11896179.html#ixzz3aKnplIOEf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.
- HERZOG, André. **Anistia não é lei do silêncio** [Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 out. 1995. p. 3]. In: TELES, Janaína (org.). **Mortos e desaparecidos políticos: Reparação ou impunidade?**, São Paulo: Humanitas, 2ª edição, 2001.
- LEMOS, André. **Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão**. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/r1465-1.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2015
- LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: Em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: 2ª ed., 2010.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia, rebeldia urbana e crise de representação**. In: HARVEY, David et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MONTEIRO, Luís. **A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações**. In: XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, 2001, Campo Grande. Disponível em:



<http://www.jack.eti.br/www/arquivos/documentos/trabalhos/fae/Trabalho_Redes_Adinarte_26032008.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2015.

- MORAES, Denis. **Comunicação virtual e cidadania: Movimentos sociais e políticos na Internet**. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, Vol. XXIII, nº 2, julho/dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16072-16073-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2015.
- NASCIMENTO, C. et al. Dançarino do 'Esquentão' morreu por ferimento transfixante, aponta laudo. **O Dia**, Rio de Janeiro, 24 abr. 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-23/dancarino-do-esquentao-morreu-de-ferimento-transfixante-aponta-laudo.html>>. Acesso em: 16 mai. 2015.
- PONT, Clarissa. Sem terra é executado com tiro nas costas pela polícia gaúcha. **Carta Maior**, Porto Alegre, 21 ago. 2001. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Sem-terra-e-executado-com-tiro-nas-costas-pela-policia-gaucha/4/15299>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- SILVA, Irley David Fabrício da. **Importância das redes sociais nos protestos urbanos, da rede às ruas**. 2014. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/import%C3%A2ncia-das-redes-sociais-nos-protestos-urbanos-da-rede-%C3%A0s-ruas>>. Acesso em: 23 mai. 2015
- SOUZA, Nathália. Desaparecimento do jovem Davi Silva em Maceió, AL, completa 100 dias. **G1**, Alagoas, 3 dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/12/desaparecimento-do-jovem-davi-silva-em-maceio-al-completa-100-dias.html>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- TELES, Janaína (org.), **Mortos e desaparecidos políticos: Reparação ou impunidade?**, São Paulo: Humanitas, 2ª edição, 2001, p. 12.
- VIRISSIMO, Vivian. Polícia Militar reproduz métodos da ditadura. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 1º ago. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/14884>>. Acesso em: 13 mai. 2015.